CARTA ENCÍCLICA
MIT BRENNENDER SORGE

A todos os nossos Veneráveis Irmãos, os Patriarcas, Primazes, Arcebispos e Bispos do Orbe Católico, em graça e comunhão com a Sé Apostólica: *A situação da Igreja Católica no Reich Germânico*.

Veneráveis Irmãos:
Saudação e Benção Apostólica.

I. Introdução

1. Com viva ânsia e admiração sempre crescente vimos observando, desde muito tempo, a via dolorosa da Igreja e o progressivo acirramento da opressão dos fiéis que lhe ficaram devotados em espírito e obra; e tudo isto em um país e em meio do povo a quem São Bonifácio levou, um dia, a luminosa e alegre mensagem de Cristo e do reino de Deus.

2. Esta Nossa ânsia não foi aliviada pelas relações que os Reverendíssimos Representantes do Episcopado, como é de seu dever, Nos fizeram conforme a verdade, visitando-Nos durante a Nossa enfermidade. A par de muitas notícias — que Nos foram um consolo e conforto — sobre a luta sustentada por seus fiéis por motivo da religião, não puderam, não obstante o amor a seu povo e pátria e o cuidado de externar um juízo bem ponderado, passar em silêncio inumeráveis outros acontecimentos tristes e reprováveis. Quando ouvíamos suas relações com profunda gratidão a Deus pudemos exclamar com o Apóstolo do amor: Não conheço satisfação maior do que esta, de ouvir que meus filhos andam no caminho da verdade (3 Jo 4). Mas a franqueza que corresponde à grave responsabilidade de Nosso ministério Apostólico, e a decisão de apresentar-vos a Vós e ao mundo cristão inteiro a realidade em toda sua crueza, exigem também que acrescentemos: Não temos maior ânsia nem aflição pastoral mais cruel do que quando ouvimos: muitos abandonam o caminho da verdade (cf. 2 Ped 2,2).

II. A concordata

3. Quando Nós, Veneráveis Irmãos, no verão de 1933, a pedido do governo do Reich, aceitamos reencetar a negociação de uma Concordata, à base de um projeto elaborado há vários anos, e chegamos assim a um solene acordo que vos trouxe satisfação a todos Vós, fomos movidos da solicitude impendiosa de salvaguardar a liberdade da missão salvadora da Igreja na Alemanha e de assegurar a salvação das almas a ela confiadas, e, ao mesmo tempo, do sincero desejo de prestar um serviço de interesse capital ao pacífico desenvolvimento e bem-estar do povo alemão.

4. Apesar de muitas e graves preocupações, chegamos então, não sem esforço, à determinação de não negar o Nosso consentimento. Queríamos poupar aos Nossos fiéis, aos Nossos filhos e Nossas filhas da Alemanha, segundo as possibilidades humanas, as tensões e tribulações que, em caso contrário, certamente deviam ter esperado, dadas as condições dos tempos. E queríamos demonstrar pelo fato a todos que Nós, procurando só a Cristo e o que pertence a Cristo, não negamos a ninguém — caso ele mesmo não a despreze — a mão pacífica da Madre Igreja.

5. Se a árvore da paz, que plantamos em terras da Alemanha com intenção pura, não produziu os frutos por Nós almejados no interesse do vosso povo, não haverá no mundo inteiro homem que, tendo olhos para ver e ouvidos para ouvir, possa atribuir ainda hoje a culpa à Igreja e ao seu Supremo Chefe. A experiência dos anos passados põe em claro as responsabilidades, e revela as maquinações que já desde o começo nada intentavam senão uma luta até ao aniquilamento.

6. Nos sulcos, em que Nos esforçamos por lançar a semente da verdadeira paz, outros espargiram — como o *inimicus homo* da Sagrada Escritura (Mt 13,25) — a erva má da desconfiança, da discórdia, do ódio, da difamação, de uma aversão profunda, oculta e aberta, contra Cristo e sua Igreja, desencadeando uma luta que se alimentou de mil fontes diversas e se serviu de todos os meios. Sobre

eles e unicamente sobre eles e seus fatores, ocultos ou abertos, recai a responsabilidade, se no horizonte da Alemanha aparecem, não o arco-íris da paz, mas as nuvens ameaçadoras de dissolventes lutas religiosas.

7. Veneráveis Irmãos, não Nos cansamos de apresentar aos governantes, responsáveis pela sorte da vossa nação, as consequências que necessariamente derivariam da tolerância ou, pior ainda, da fomentação daquelas correntes. Fizemos tudo para defender a santidade da palavra solenemente dada, a inviolabilidade das obrigações livremente contraídas, contra teorias e práticas que, oficialmente admitidas, deveriam sufocar toda confiança e desvalorizar intrinsecamente toda palavra dada, também para o futuro. Se vier o momento de expor aos olhos do mundo estes Nossos esforços, todos os bem intencionados saberão onde procurar os tutores da paz e onde seus perturbadores. Quem quer que tenha conservado na sua alma um resquício de amor da verdade e no seu coração uma sombra de senso de justiça, deverá admitir que nos anos difíceis e cheios de casos notáveis que seguiram à Concordata, cada uma das Nossas palavras e ações teve por norma a fidelidade aos acordos sancionados. Mas deverá também reconhecer, com estupor e íntima repulsa, como doutro lado tornou-se regra ordinária dar aos pactos outro sentido, iludi-los, desvirtuá-los e finalmente violá-los mais ou menos abertamente.

8. A moderação que não obstante tudo isto Nós até agora demonstramos não foi inspirada por cálculos de interesses terrenos, nem tão pouco por fraqueza, mas simplesmente pela vontade de não arrancar, com a herva má, também boas plantas; pela decisão de não pronunciar publicamente um juízo antes que os ânimos estivessem maduros para reconhecer a inelutabilidade; pela determinação de não negar definitivamente a fidelidade de outros à palavra dada, antes que a dura linguagem da realidade tivesse rasgado os véus, com que se soube e ainda se procura mascarar, conforme um plano preestabelecido, o ataque à Igreja. Ainda hoje, quando a luta aberta contra as escolas confessionais, protegidas pela Concordata, e o aniquilamento da liberdade de voto daqueles que têm direito à educação católica, manifestam, num campo particularmente vital da

Igreja, a trágica seriedade da situação e uma pressão espiritual jamais vista dos fiéis, a solicitude paternal pelo bem das almas nos aconselha a não perder de vista as perspectivas porquanto fracas que ainda possam existir de uma volta à fidelidade aos pactos e a um acordo justificável.

9. Acedendo aos pedidos dos Reverendíssimos Membros do Episcopado, não Nos cansaremos, também no futuro, de defender o direito violado, junto ao governo de vosso povo — sem cuidado do sucesso ou fracasso do momento presente — obedecendo unicamente à Nossa consciência e Nosso Ministério Pastoral, e não cessaremos de Nos opor a uma mentalidade que procura, com aberta ou oculta violência, sufocar o direito, garantido por documentos.

10. No entanto, o fim desta carta é outro, Veneráveis Irmãos. Como Vós Nos tendes visitado amavelmente em Nossa doença, assim voltamos Nós hoje a Vós e, por Vosso intermédio, aos fiéis católicos da Alemanha, que, como todos os filhos atribulados e perseguidos, estão muito perto do coração do Pai comum. Nesta hora, em que sua fé é provada, como ouro genuíno, no fogo da tribulação e perseguição, insidiosa ou aberta; em que eles são rodeados de mil formas de organizada opressão da liberdade religiosa; em que a impossibilidade de obter informações conformes à verdade e de defender-se com meios normais muito os abate, eles têm um duplo direito a uma palavra de verdade e encorajamento moral por parte daquele a cujo primeiro predecessor o Salvador dirigiu esta compendiosa palavra: Rezei por ti, para que tua fé não vacile, e tu, por tua vez, fortifica os teus irmãos (Lc 22,32).

III. Genuína fé em Deus

11. Antes de tudo, Veneráveis Irmãos, cuidai que a fé em Deus, primeiro e insubstituível fundamento de toda a religião, continue a ser pura e inteira nas regiões da Alemanha. Não pode considerar-se crente em Deus o que usa o nome de Deus retoricamente, mas só quem une a esta veneranda palavra a genuína e digna noção de Deus.

12. Quem com imprecisão panteística identifica Deus com o universo, materializando Deus no mundo e divinizando o mundo em Deus, não pertence aos verdadeiros fiéis.

13. Nem é tal quem, de acordo com uma pretensa concepção precristã do antigo germanismo, coloca em lugar do Deus pessoal o fado sinistro e impessoal, negando a sabedoria divina e sua providência, a qual "com força e suavidade domina duma extremidade da terra à outra" (Sab 8,1), e tudo dirige a um bom fim. Um tal homem não pode pretender ser enumerado entre os verdadeiros crentes.

14. Se a raça e o povo, se o Estado e uma sua determinada forma, se os representantes do poder estatal ou outros elementos fundamentais da sociedade humana possuem, na ordem natural, um posto essencial e digno de respeito — quem, no entanto, os destaca desta escala de valores terrenos, elevando-os à suprema norma de tudo, também dos valores religiosos, e divinizando-os com culto idólatra, inverte e falsifica a ordem, criada e imposta por Deus, está longe da verdadeira fé em Deus e de uma concepção de vida conforme a ela.

15. Volvei, Veneráveis Irmãos, a atenção ao vezo crescente, que se manifesta em palavras e escritos, de abusar do três vezes santo nome de Deus qual rótulo sem sentido para um produto mais ou menos arbitrário de pesquisas e aspirações humanas. Esforçai-vos que tais aberrações encontrem, entre vossos fiéis, merecida e pronta repulsa. Nosso Deus é o Deus pessoal, transcendente, todo-poderoso, infinitamente perfeito, um na trindade das pessoas e trino na unidade

da essência divina, criador do universo, senhor, rei e último fim da história do mundo, o qual não admite, nem pode admitir outras divindades a seu lado.

16. Este Deus tem dado seus mandamentos de maneira soberana, mandamentos independentes do tempo e do espaço, de país ou raça. Como o sol de Deus resplende indistintamente sobre todo o gênero humano, assim a sua lei não conhece privilégios nem exceções. Governantes e governados, coroados e não-coroados, grandes e pequenos, ricos e pobres dependem igualmente de sua palavra. Da totalidade de seus direitos de Criador promana essencialmente a sua exigência a uma obediência absoluta da parte dos indivíduos e de quaisquer sociedades. E esta exigência de obediência absoluta se estende a todas as esferas da vida, nas quais as questões morais exigem o acordo com a lei divina e, com isto mesmo, a harmonização das mutáveis leis humanas com o complexo das imutáveis ordens divinas.

17. Somente espíritos superficiais podem cair no erro de falar de um Deus nacional, de uma religião nacional, e empreender a tola tentativa de captar nos limites de um só povo, na estreiteza de uma só raça, Deus, Criador do mundo, rei e legislador dos povos, diante de cuja grandeza as nações são pequenas como gotas de água que caem dum balde (Is 40,15).

18. Os bispos da Igreja de Cristo, "constituídos a favor dos homens naquelas coisas que se referem a Deus" (Heb 5,1), devem vigiar que não se espalhem entre os fiéis tão perniciosos erros a que costumam seguir práticas ainda mais perniciosas. Pertence ao seu sagrado ministério de fazer todo o possível, a fim de que os mandamentos de Deus sejam considerados e praticados quais obrigações inconcussas de uma vida moral e ordenada, seja particular ou seja pública; que os direitos da Majestade divina, o nome e a palavra de Deus não sejam profanados (Tito 2,5); que as blasfêmias contra Deus, em palavras, escritos ou figuras, numerosas, quiçá, como a areia do mar, sejam reduzidas a silêncio; que diante do espírito revoltoso e arrogante dos que negam, ultrajam e odeiam a Deus não enlanguesça a prece expiatória dos fiéis, que sobe, qual incenso, a toda hora ao trono do Altíssimo, retendo a sua mão vingadora.

19. Agradecemos, Veneráveis Irmãos, a vós, a vossos sacerdotes e a todos os fiéis que, na defesa dos direitos da divina Majestade contra um provocante neo-paganismo, apoiado infelizmente por personagens influentes, tendes cumprido e cumpris o vosso dever de cristãos. Este agradecimento é particularmente íntimo e unido a uma admiração reconhecida por aqueles que, no cumprimento deste seu dever, foram julgados dignos de suportar por amor de Deus sacrifícios e sofrimentos.

IV. Genuína fé em Jesus Cristo

20. A fé em Deus não se manterá por muito tempo pura e incontaminada, se não se apoia na fé em Jesus Cristo. “Ninguém conhece o Filho senão o Pai, nem alguém conhece o Pai senão o Filho e aquele a quem o Filho o quiser revelar” (Mt 11,27). A vida eterna é esta: que te conheçam a ti como um só Deus verdadeiro e a Jesus Cristo, a quem enviaste (Jo 17,3). Ninguém, pois, pode dizer: Creio em Deus, e isto basta para minha religião. A palavra do Redentor não nos permite subterfúgios deste quilate. “Todo aquele que nega o Filho, também não reconhece o Pai; aquele que confessa o Filho, reconhece o Pai” (1 Jo 2,23).

21. Em Jesus Cristo, Filho de Deus feito homem, apareceu a plenitude da revelação divina. “Deus, tendo falado outrora muitas vezes e de muitos modos a nossos pais pelos profetas, ultimamente, nestes dias, falou-nos por meio de seu Filho” (Heb 1,1 ss.). Os livros sagrados do antigo testamento são todos palavra de Deus, parte orgânica de sua revelação. De acordo com o desenvolvimento gradual da revelação sobre eles pousa o crepúsculo do tempo que devia preparar o pleno meio-dia da revelação. Em umas partes fala-se da imperfeição dos homens, da sua fraqueza e do pecado, como não podia ser diversamente em se tratando de livros de história e legislação. Ao lado das coisas belas e nobres, falam da tendência superficial e material que diversas vezes invadiu o povo do antigo testamento, depositário da revelação e das promessas de Deus. Mas a toda a vista, não cegada pelos preconceitos e paixões, não pode senão raiar mais luminosa, não obstante a fraqueza humana de que trata a história bíblica, a luz divina do caminho da salvação, que, finalmente, triunfa de todas as fraquezas e pecados.

22. E justamente neste fundo, muitas vezes escuro, a pedagogia divina da salvação se alarga em perspectivas, que, ao mesmo tempo, dirigem, admoestam, sacodem, elevam e tornam felizes. Unicamente a cegueira e soberba pode fechar os olhos diante dos tesouros de salutares ensinamentos, contidos no antigo testamento. Quem pois

quer ver banida da Igreja e da escola a história bíblica e os sábios ensinamentos do antigo testamento, blasfema a palavra de Deus, blasfema o plano de salvação do Todo-poderoso e arvora em juiz dos planos divinos um angusto e estreito pensar humano. Ele nega a fé em Jesus Cristo, aparecido na realidade de sua carne, que tomou a natureza humana de um povo que devia depois pregá-lo na cruz. Nada compreende do drama mundial do Filho de Deus, que ao crime de seus algozes opôs, qual sumo sacerdote, a ação divina da morte salvadora e fez assim encontrar o antigo testamento o seu cumprimento, o seu fim e a sua sublimação em o novo testamento.

23. A revelação que culminou no evangelho de Jesus Cristo é definitiva e obrigatória para sempre, não admite apêndices de origem humana e, menos ainda, sucedâneos ou substituições e "revelações" arbitrárias que alguns palradores modernos quiseram derivar do assim chamado mito do sangue e da raça. Desde que Cristo, o Ungido do Senhor, cumpriu a obra da redenção, quebrando o domínio do pecado e merecendo-nos a graça de nos tornarmos filhos de Deus, já nenhum outro nome foi dado aos homens, sob o céu, pelo qual nós devemos ser salvos, senão o nome de Jesus (At 4,12). Ainda que um homem possua todo saber, todo poder e todo o domínio material da terra, não pode pôr outro fundamento, senão o que foi posto por Cristo (1 Cor 3,11). E quem, com sacrílego desconhecimento da diversidade essencial entre Deus e a criatura, entre o Homem-Deus e o simples homem, ousasse pôr ao lado de Cristo ou, o que é pior ainda, acima dele e contra ele, um simples mortal, fosse ele o mais perfeito de todos os tempos, saiba que é um profeta de quimeras, a quem pavorosamente assentam as palavras da Escritura: "Aquele que habita no céu zombará deles" (Ps 24).

V. Genuína fé na Igreja

24. A fé em Jesus Cristo não se conservará pura e incontaminada se não for sustentada e defendida pela fé na Igreja, coluna e fundamento da verdade (1 Tim 3,15). Cristo próprio, Deus bendito eternamente, levantou esta coluna da fé; o seu mandamento de escutar a Igreja (Mt 18,17) e de ouvir, através as palavras e os mandamentos da Igreja, as suas próprias palavras e mandamentos (Lc 10,16), vale para os homens de todos os tempos e de todos os países. A Igreja, fundada pelo Salvador, é a única para todos os povos e todas as nações.

25. Sob sua cúpula, que levanta seus arcos como o firmamento sobre o universo inteiro, encontram lugar e asilo todos os povos e todas as línguas, e podem desenvolver-se todas as propriedades, qualidades, missões e funções que foram assinadas por Deus Criador e Salvador aos indivíduos e à sociedade humana. O amor maternal da Igreja é bastante largo para ver no desenvolvimento, conforme à vontade de Deus, destas particularidades e funções peculiares, antes a riqueza da variedade que o perigo de cisão; alegra-se pelo elevado nível espiritual dos indivíduos e povos. Vê, com alegria e ufania maternais, nas suas genuínas atuações, frutos de edificação e progresso, que abençoa e promove todas as vezes que o pode de boa consciência. Mas sabe também que a esta liberdade foram assinalados limites pela lei da divina Majestade, que quis e fundou esta Igreja como unidade inseparável nas suas partes essenciais. Quem atentar contra esta unidade inseparável, arrebata à Esposa de Cristo um dos diademas com que o próprio Deus a coroou. Submete o edifício divino, que pousa sobre fundamentos eternos, ao exame e transformação de arquitetos a que o Pai celeste não concedeu poderes para tanto.

26. A divina missão, que a Igreja cumpre entre os homens, e deve cumprir por meio de homens, pode ser dolorosamente obscurecida pelo elemento humano, quiçá humano demais, que, em certos tempos, viceja como herva má entre o trigo do reino de Deus. Quem conhece a palavra do Redentor sobre o escândalo e os que o dão,

sabe como a Igreja e todo indivíduo deve julgar o que foi e o que é pecado. Mas quem, fundando-se sobre estes lamentáveis contrastes entre fé e vida, entre palavras e ação, entre atitude exterior e interior de alguns — e fossem eles muitos — esquece, ou conscientemente passa em silêncio este imenso cabedal de genuíno esforço pela virtude, o espírito de sacrifício, o amor fraterno, o heroísmo de santidade de tantos membros da Igreja, manifesta uma cegueira injusta e reprovável. E quando depois se vê que esta rígida norma com que ele julga a Igreja odiada, é posta de lado se se trata de outras sociedades que lhe são mais acessíveis por interesse ou sentimento, manifesta-se então que, aparentando-se ofendido no seu pretenso senso de purismo, se assemelha com os que, conforme a palavra incisiva do Salvador, veem a palha no olho do irmão, mas não percebem a trave no próprio. Ainda que não seja pura a intenção dos que fazem da ocupação com o humano na Igreja sua vocação ou até um baixo negócio, e ainda que o poder dos portadores da dignidade eclesiástica que se funda em Deus não dependa de sua elevação humana e moral, não há época, nem indivíduo, nem sociedade que não devia seriamente examinar a consciência, purificar-se inexoravelmente, renovar profundamente seu sentir e proceder. Em Nossa Encíclica sobre o sacerdócio e a Ação Católica temos, com suplicante insistência, atraído a atenção de quantos pertencem à Igreja, e sobretudo dos eclesiásticos, religiosos e leigos que colaboram no apostolado, sobre o sagrado dever de estabelecer entre fé e conduta a harmonia exigida pela lei de Deus e pedida com incansável solicitude pela Igreja.

27. Também hoje repetimos com funda gravidade: não é suficiente pertencer à Igreja de Cristo. É necessário ser em espírito e verdade membro vivo desta Igreja. E tais são somente os que estão na graça do Senhor e continuamente andam em sua presença, seja na inocência ou seja na penitência sincera e operosa. Se o apóstolo das gentes, "o vaso de eleição", castigava o seu corpo, para que não sucedesse que, tendo pregado aos outros, ele mesmo viesse a ser réprobo, pode então haver para os outros, em cujas mãos é colocada a guarda e dilatação do reino de Deus, caminho diverso do da íntima união do apostolado e da santificação própria? Só assim se demonstrará aos homens de hoje e, em primeiro lugar, aos inimigos

da Igreja, que o sal da terra e o fermento do cristianismo não se tornou ineficaz, mas é poderoso e capaz de trazer renovamento e rejuvenescimento aos que estão na dúvida e no erro, na indiferença e perplexidade espiritual, no relaxamento da fé e afastamento de Deus, de que eles — admitam ou o neguem — precisam mais que nunca. Uma cristandade, em que todos os membros vigiem sobre si mesmos, que repila toda tendência puramente exterior e mundana, que se atenha seriamente aos mandamentos de Deus e na ativa caridade do próximo, poderá e deverá ser exemplo e guia do mundo profundamente enfermo que procura esteio e direção, se se não quer que sobrevenha um desastre indizível e uma catástrofe inimaginável.

28. Toda reforma genuína e duradoura teve propriamente origem no santuário, de homens inflamados e movidos de amor de Deus e do próximo. Eles, por sua grande generosidade de corresponder a todos os apelos de Deus e pô-los em prática antes de tudo em si próprios, cresceram em humildade e, com a segurança de quem é chamado por Deus, iluminaram e renovaram seu tempo. Onde o zelo da reforma não brota do puro manancial da integridade pessoal, mas foi efeito da explosão de impulsos apaixonados, em vez de iluminar ofuscou, em vez de construir destruiu, e foi bastas vezes ponto de partida de erros mais funestos do que o mal a que queriam ou pretendiam remediar. Certamente, o Espírito de Deus sopra onde quer (Jo 3,3), ele pode suscitar das pedras os executores de seus desígnios (Mt 3,9; Lc 3,8), e escolhe os instrumentos de sua vontade de acordo com os seus planos, e não os dos homens. No entanto, ele, que fundou a Igreja e a chamou à vida no dia de Pentecostes, não destrói a estrutura fundamental da salutar instituição, por ele próprio querida. Quem é movido do espírito de Deus por isto mesmo possui uma atitude exterior e interior respeitosa para com a Igreja, nobre fruto da árvore da cruz, dom do Espírito do Pentecostes ao mundo tão necessitado de guia.

29. Em vossas regiões, Veneráveis Irmãos, se elevam, em coro, vozes sempre mais fortes que incitam a separar-se da Igreja. E entre os seus pioneiros encontram-se homens que, por sua posição oficial, procuram produzir a impressão de que esta debandada da Igreja e, por conseguinte, infidelidade a Cristo-Rei, seja uma prova

particularmente evidente e meritória de sua fidelidade ao regime presente. Com pressões, ocultas ou abertas, intimidações, perspectivas de desvantagens econômicas, profissionais, civis ou de outra espécie, o apego à fé dos católicos e, especialmente, de algumas classes de funcionários públicos, é submetido a uma violentação tanto ilegal quanto desumana. Toda Nossa compaixão de pai e mais profundo pesar, aos que tão caro pagaram o seu apego a Cristo e à Igreja. Mas aqui já se chegou ao ponto onde está em jogo o fim último e mais alto, a salvação ou perdição, e logo o único caminho de salvação que resta aos crentes é o caminho de um generoso heroísmo. Quando o tentador ou opressor se lhe aproxima com as insinuações traidoras de sair da Igreja, então não poderá senão contrapor-lhe, ainda que ao preço dos mais graves sacrifícios terrenos, a palavra do Salvador: "Vai-te, Satanás, porque está escrito: O Senhor teu Deus adorarás, e a ele só servirás" (Mt 4,8; Lc 4,8). À Igreja, ao invés, dirá: Tu, que és minha Mãe desde os dias de minha primeira infância, meu conforto na vida, minha advogada na morte, apegue-se-me a língua às fauces, se eu, cedendo a lisonjas ou ameaças, traísse as promessas do batismo. Aos que opinam poder conciliar com o externo abandono da Igreja a fidelidade interna a ela, seja lembrada a palavra do Salvador: "Quem me nega diante dos homens, eu o renegarei diante de meu Pai que está no céu" (Lc 12,9).

VI. Genuína fé no primado

30. A fé na Igreja não se manterá pura e incontaminada se não se apoiar na fé no Primado do Bispo de Roma. No mesmo momento, em que Pedro, prevenindo os outros apóstolos e discípulos, professou a sua fé em Cristo, Filho de Deus vivo, o anúncio da fundação de sua Igreja, da única Igreja, sobre Pedro, a rocha (Mt 16,18), foi a resposta de Cristo, recompensa de sua fé e profissão. A fé em Cristo, na Igreja e no Primado estão por isto em sagrado liame de interdependência. Uma autoridade legítima e legal é sobretudo um vínculo de unidade e fonte de forças, defesa contra o esfacelamento e a desagregação, garantia do porvir. E isto se verifica, no sentido mais alto e mais nobre, onde, como no caso da Igreja, a esta autoridade é prometida a assistência sobrenatural do Espírito Santo e o seu apoio invencível. Se homens, que nem são unidos na sua fé em Cristo, vos seduzem e lisonjeiam com o fantasma duma "Igreja nacional alemã", sabei que isto não é outra coisa senão renegar a única Igreja de Cristo, numa apostasia manifesta do mandado de Cristo de evangelizar todo o orbe, o que só uma igreja universal pode realizar. O desenvolvimento histórico de outras igrejas nacionais, a sua petrificação espiritual, a sua sufocação e escravização pelos poderes leigos mostram a desolante esterilidade que, com inelutável certeza, atinge o ramo separado da videira vital da Igreja. Quem opõe a estes errôneos desenvolvimentos, desde o começo, seu pronto e inexorável *não*, rende serviço, não só à pureza de sua fé, mas também à saúde e força vital de seu povo.

VII. Não adulterar noções e termos sagrados

31. Veneráveis Irmãos, tende um ouvido particularmente atento, quando noções religiosas são desvirtuadas de seu sentido genuíno e aplicadas a significações profanas.

A. Revelação

32. Revelação, em sentido cristão, significa a palavra de Deus aos homens. Usar este mesmo termo para sugestões provenientes do sangue e da raça, para irradiações da história de um povo, é, em todo caso, causar desorientação. Estas falsas moedas não merecem passar do tesouro linguístico do fiel cristão.

B. Fé

33. A fé consiste em ter por verdade o que Deus revelou e impõe a crer por intermédio da Igreja. É "uma demonstração das coisas que não se veem" [Heb 9,1]. A confiança alegre e ufanosa no porvir do próprio povo, cara a todos, significa bem outra coisa que a fé em sentido religioso. Usar uma pela outra e pretender com isso ser reconhecido como "crente" por um cristão convicto, é um vão jogo de palavras, uma consciente confusão de termos, ou pior ainda.

C. Imortalidade

34. A imortalidade, em sentido cristão, é a sobrevivência do homem depois da morte terrena, como ser individual, para a eterna recompensa ou o eterno castigo. Quem com a palavra imortalidade não quer indicar senão uma sobrevivência coletiva na continuidade do próprio povo, para um porvir de indeterminada duração neste mundo, perverte e falsifica uma das verdades fundamentais da fé cristã e abala os fundamentos de qualquer concepção religiosa que exija uma ordem moral universal. Quem não quiser ser cristão, renuncie ao menos a querer enriquecer o vocabulário de sua incredulidade com o patrimônio linguístico cristão.

D. Pecado Original

35. O pecado original é a culpa hereditária, própria, se bem que não pessoal, de cada um dos filhos de Adão, que nele pecaram (Rom 5,12), é a perda da graça e, por conseguinte, da vida eterna, acompanhada da concupiscência que cada qual deve sufocar e domar por meio da graça, da penitência, da luta e do esforço moral. A paixão e morte do Filho de Deus remiu o mundo do maldito apanágio da morte e do pecado. A fé nesta verdade, feita hoje objeto de baixo ludíbrio dos inimigos de Cristo em vossa pátria, pertence ao depósito inalienável da religião cristã.

E. A Cruz de Cristo

36. A cruz de Cristo, também se seu só nome se tornou para muitos loucura e escândalo, é para o cristão o sinal sagrado da redenção, a bandeira da grandeza e força moral. Na sua sombra vivemos. No seu amplexo morremos. Sobre a nossa campa estará a anunciar a nossa fé, testemunho de nossa esperança que está na vida eterna.

F. Humildade

37. A humildade no espírito do evangelho e a imploração do auxílio de Deus harmonizam bem com a própria dignidade, com a confiança em si mesmo e o heroísmo. A Igreja de Cristo, que, em todos os tempos, até nos que nos estão mais próximos, conta mais confessores e mártires heróis que qualquer outra sociedade moral, não tem necessidade de receber, nesta matéria, ensinamentos sobre o sentimento e ação heroicas. Ao apresentar tolamente a humildade cristã como aviltamento e mesquinhez, a repugnante soberba destes inovadores se torna ridícula a si própria.

G. Graça

38. Graça, em sentido lato, pode chamar-se tudo que a criatura recebe do Criador. Graça, no sentido cristão da palavra, compreende as provas sobrenaturais do divino amor, as mercês e obras de Deus pelas quais eleva o homem a esta íntima comunhão de sua vida, que o novo testamento chama de filiação divina. “Considerai que amor nos mostrou o Pai: que sejamos chamados filhos de Deus e que o sejamos na realidade” (1 Jo 3,1). O repúdio desta elevação sobrenatural à graça, por motivo de uma pretensa particularidade do

caráter germânico, é uma aberta declaração de guerra a uma verdade fundamental do cristianismo. Equiparar a graça sobrenatural aos dons naturais é violentar a linguagem criada e santificada pela religião. Os pastores e guardas do povo de Deus farão bem em opor-se a este furto sacrílego e a este trabalho de desnorteamento dos espíritos.

VIII. Doutrina e ordem moral

39. Sobre a fé em Deus, genuína e pura, se alicerça a moralidade do gênero humano. Todas as tentativas de separar a doutrina da ordem moral da base granítica da fé, para reconstruí-la sobre a areia movediça de normas humanas, levam, cedo ou tarde, indivíduos e nações à decadência moral. O insensato que diz no seu coração: "Não há Deus" (Ps 13, 1 ss.) resvalará na corrupção moral. E estes insensatos, que presumem separar a moral da religião, são hoje legião. Não enxergam ou não querem enxergar que, banindo o ensino confessional clara e determinadamente cristão da escola e educação, impedindo-o de contribuir à formação da sociedade e vida pública, se aventuram por caminhos de empobrecimento e decadência moral. Nenhum poder corretivo do estado, nenhum ideal puramente terreno, porquanto alto e nobre, poderá substituir, por muito tempo, os mais profundos e decisivos estímulos que provêm da fé em Deus e Jesus Cristo. Se ao que é chamado às mais altas renúncias, ao sacrifício de seu pequeno *eu* em bem da comunidade, se toma o apoio que lhe vem do eterno e divino, da fé elevante e consoladora naquele que premeia todo o bem e castiga todo o mal, então o resultado final para inumeráveis homens não será fidelidade ao dever, mas muitas vezes deserção. A observância fiel dos dez mandamentos de Deus e dos preceitos da Igreja, não sendo os últimos senão regulamentos derivados das normas do Evangelho, é para todo o indivíduo uma incomparável escola de disciplina orgânica, de revigoramento moral e formação do caráter. É uma escola que muito exige; mas não acima das forças. Deus misericordioso, quando como legislador ordena: "Tu deves", dá, com sua graça, a possibilidade de executar sua ordem. Deixar, pois, inutilizadas energias morais de tão poderosa eficácia, ou obstruir-lhes conscientemente o caminho no campo da instrução pública, é obra de irresponsáveis, que tende a produzir a deficiência religiosa no povo. Confundir a doutrina moral com opiniões humanas, subjetivas e mutáveis no tempo, em vez de ancorá-la na santa vontade de Deus e seus mandamentos, iguala a escancarar as portas às forças dissolventes. Portanto, promover o abandono das

eternas diretivas de uma doutrina moral para a formação das consciências, para o nobilitamento de todas as esferas da vida e todos os regulamentos, é atentado pecaminoso contra o porvir do povo, cujos tristes frutos amargurarão as gerações futuras.

IX. Reconhecimento do direito natural

40. É um característico nefasto do tempo presente querer separar não só a doutrina moral, mas ainda os fundamentos do direito e de sua administração, da verdadeira fé em Deus e das normas da revelação divina. Nosso pensamento se volve aqui ao que se sói chamar o direito natural, que o dedo do mesmo Criador gravou nas tábuas do coração humano (Rom 2,14 ss), e que a razão humana, sã e não obscurecida por pecados e por paixões, pode nelas decifrar. À luz das normas deste direito natural, todo direito positivo, seja qual for seu legislador, pode ser aquilatado no seu conteúdo ético e, por conseguinte, na sua força ordenativa e obrigatoriedade de cumprimento. Estas leis humanas, que contrastam insoluvelmente com o direito natural, são afetadas de erro original, não sanável nem por constrangimento nem por desdobramento de força externa. Segundo este critério, julgue-se o princípio: "Direito é aquilo que é útil à nação". Certamente, a este princípio pode dar-se um sentido justo, se se entende que aquilo que é moralmente ilícito jamais será realmente vantajoso ao povo. Entretanto, já o antigo paganismo compreendeu que, para ser justa, esta frase deve ser invertida e soar: "Jamais alguma coisa é vantajosa, se ao mesmo tempo não é moralmente boa, e não por ser vantajosa é moralmente boa, mas por ser moralmente boa é vantajosa" (Cícero, De officiis 3,33). Este princípio, destacado da lei ética, significaria, no que concerne à vida internacional, um eterno estado de guerra entre as nações. Na vida nacional desconhece, confundindo interesse e direito, o fato fundamental que o homem, enquanto pessoa, está de posse de direitos, concedidos por Deus, que devem ser defendidos contra toda investida da comunidade que os queira negar, abolir e interceptar-lhes o exercício. Desprezando esta verdade, perde-se de vista que o verdadeiro bem comum, em última análise, é determinado e conhecido mediante a natureza do homem, com seu harmonioso equilíbrio entre o direito pessoal e o liame social, como também do fim da sociedade determinado pela mesma natureza humana. A sociedade é estimada pelo Criador como meio para o pleno desenvolvimento das faculdades individuais e sociais, das quais

o homem há de se valer, ora dando ora recebendo para seu bem e o do próximo. Também os valores mais universais e mais altos que só podem ser realizados não pelo indivíduo, mas pela sociedade, têm, por vontade de Deus, como último fim, o desenvolvimento e perfeição do homem natural e sobrenatural. Quem se afasta desta ordem, abala as pilastras sobre que repousa a sociedade, e põe em perigo sua tranquilidade, segurança e existência.

41. O crente possui um direito inalienável de professar sua fé e de praticá-la na forma que a ela convém. As leis que suprimem ou tornam difícil a profissão e prática desta fé estão em oposição com o direito natural.

42. Os pais conscienciosos e conscientes de sua missão educativa têm, antes de qualquer outro, o direito essencial à educação dos filhos que Deus lhes deu, segundo o espírito da verdadeira fé e de acordo com seus princípios e prescrições. Leis ou outras semelhantes disposições que, na questão escolar, não respeitam a vontade dos pais ou a tornam ineficaz pelas ameaças ou violências, estão em contradição com o direito natural e em sua íntima essência são imorais.

43. A Igreja, cuja missão é vigiar e interpretar o direito natural, não pode fazer outra coisa senão declarar serem efeito de violência e, portanto, privadas de todo o valor jurídico, as inscrições escolásticas feitas recentemente, em uma atmosfera de notório tolhimento de liberdade.

X. À juventude

44. Representante daquele que no evangelho disse a um jovem: Se queres entrar na vida eterna observa os mandamentos (Mt 19,17), dirigimos uma palavra particularmente paterna à juventude.

45. De mil bocas hoje se repete aos vossos ouvidos um evangelho que não foi revelado pelo Pai do céu. Milhares de penas escrevem a serviço de um pseudo-cristianismo que não é o cristianismo de Cristo. Imprensa e rádio inundam-vos diariamente com produções de conteúdo inimigo da fé e de Deus, e, sem consideração e respeito, atacam tudo o que vos é sagrado e santo.

46. Sabemos que muitíssimos dentre vós, por seu apego à fé e à Igreja e por pertencerem a uma associação religiosa, garantidos pela Concordata, deveram e devem atravessar períodos trevosos de falta de compreensão, de suspeitas, de invectivas, de acusação de antipatriotismo, de múltiplas desvantagens profissionais e sociais. E bem sabemos como muitos desconhecidos soldados de Cristo se acham em vossas fileiras, que com o coração confrangido mas a fronte elevada suportam sua sorte e acham conforto no só pensamento de que sofrem afrontas pelo nome de Jesus (At 5,41).

47. E hoje, que ameaçam novos perigos e novas compressões, dizemos a esta juventude: Se alguém vos quisesse anunciar um evangelho diverso daquele que haveis recebido, sobre os joelhos de uma piedosa mãe, dos lábios de um pai crente, na doutrina de um educador fiel a Deus e à sua Igreja, seja ele anátema (Gál 1,9).

48. Se o Estado organiza a juventude em associação nacional obrigatória para todos, então, resguardados sempre os direitos das associações religiosas, os jovens têm o direito óbvio e inalienável, e com eles os pais responsáveis por eles diante de Deus, de exigir que ela seja purgada de toda tendência hostil à fé cristã e à Igreja, tendência que até recentíssimo passado, e ainda presentemente, acorrenta os pais crentes em insolúvel conflito de consciência, pois

que não podem dar ao Estado o que deles é exigido em nome do Estado, sem tomar a Deus o que pertence a Deus.

49. Ninguém cogita em pôr à juventude da Alemanha pedras de tropeço no caminho que a deverá conduzir à atuação de uma verdadeira unidade nacional e fomentar um nobre amor pela liberdade e um inabalável devotamento à pátria. Ao que Nos opomos e Nos devemos opor é ao contraste querido e sistematicamente atiçado, mediante o qual se separam estas finalidades educativas das religiosas. Por isto, dizemos a esta juventude: Cantai os vossos hinos de liberdade, mas não vos esqueçais que a verdadeira liberdade é a liberdade dos filhos de Deus. Não permitais que a nobreza desta insubstituível liberdade se emaranhe nos laços servis do pecado e da concupiscência. Ao que canta o hino de fidelidade à pátria terrestre não é lícito tornar-se desertor e traidor pela infidelidade a seu Deus, à sua Igreja e sua pátria eterna. Muito vos falam de uma grandeza heroica, contrapondo-a voluntária e falsamente à humildade e paciência evangélica, mas por que vos ocultam que há também um heroísmo na luta moral? e que a conservação da pureza batismal representa uma ação heroica que deveria ser apreciada devidamente no campo religioso e natural? Falam-vos das fragilidades na história da Igreja, mas por que vos ocultam os grandes feitos que a acompanham através dos séculos, os santos que produziu, a vantagem que adveio à cultura ocidental da união vital entre esta Igreja e vosso povo? Falam-vos muito de exercícios desportivos, que, usados numa bem entendida medida, dão vigor físico, o que é um benefício para a juventude. Mas a eles é assinalada, muitas vezes, hoje, uma extensão que não tem em conta nem a formação integral e harmoniosa do corpo e espírito, a conveniente cultura da vida familiar, nem o mandamento de santificar o dia do Senhor. Com uma indiferença que toca às raias do desprezo tira-se ao dia do Senhor seu caráter sagrado e recolhido, que tanto corresponde às melhores tradições alemãs. Esperamos confiadamente dos jovens alemães católicos que eles, no difícil ambiente das organizações obrigatórias do Estado, reivindiquem explicitamente o dia do Senhor, que o cuidado de robustecer o corpo não os faça esquecer sua alma imortal, que não se deixem vencer pelo mal, mas procurem vencer o mal com o bem (Rom 12,21), que considerem como sua altíssima

meta a de conquistar a coroa da vitória no estádio da vida eterna (1 Cor 9,24, s.).

XI. Aos sacerdotes e religiosos

50. Uma palavra de particular reconhecimento, de exortação, dirigimos aos sacerdotes da Alemanha, aos quais, em submissão aos seus bispos, compete a missão de, em tempos difíceis e circunstâncias duras, mostrar à grei de Cristo os caminhos retos, em doutrina e exemplo, e dedicação e paciência apostólica. Não vos canseis, filhos diletos e participantes dos divinos mistérios, de seguir o eterno sumo sacerdote Jesus Cristo no amor e ofício de bom samaritano. Andai sempre em conduta imaculada diante de Deus, disciplinando e aperfeiçoando-vos, em amor misericordioso para com todos que vos são confiados, especialmente os que perigam, fraquejam e vacilam. Sede guias dos fiéis, apoio dos atribulados, mestres dos que estão em dúvida, consoladores dos aflitos, desinteressados assistentes e conselheiros de todos. As provas e sofrimentos, por que passou o povo no período após-guerra, não passaram sem deixar traços em sua alma. Deixaram tensões e amarguras que só lentamente se cicatrizarão e serão superadas pelo espírito de amor desinteressado e operoso. Este amor, arma indispensável ao apóstolo, especialmente no mundo presente, agitado e revolto, Nós o desejamos e imploramos para vós de Deus em medida copiosa. O amor apostólico, se não vos faz esquecer, vos fará ao menos perdoar muitas imerecidas amarguras, que no vosso caminho de sacerdotes e pastores de almas são mais numerosas que em qualquer outro tempo. Este amor inteligente e misericordioso aos errantes e aos mesmos maldizentes não significa, no entanto, nem de modo algum pode significar, renúncia de proclamar, de fazer valer e defender a verdade e de aplicá-la livremente à realidade que vos rodeia. O primeiro e mais óbvio dom de amor do sacerdote ao mundo é de servir à verdade, a verdade toda inteira, desmascarar e confutar o erro, seja qual for sua forma, disfarce e arrebique. A renúncia a isto não seria somente uma traição a Deus e vossa santa vocação, mas delito contra o verdadeiro bem-estar de vosso povo e vossa pátria. A todos os que mantiveram a seus bispos a fidelidade prometida na ordenação, aos que nos cumprimento de seu ofício pastoral deveram e devem suportar dores e perseguições — alguns

até serem encarcerados e enviados aos campos de concentração — vale o agradecimento e elogio do Pai da cristandade.

51. E o nosso agradecimento paterno se estende igualmente aos religiosos de ambos os sexos: um agradecimento unido a uma participação íntima pelo fato que, em consequência de medidas contra Ordens e Congregações religiosas, muitos foram arrancados do campo de sua atividade bendita, que lhes era tão cara. Se alguns falhavam e se mostravam indignos de sua vocação, as suas falhas, condenadas também pela Igreja, não diminuem os méritos da esmagadora maioria dos que por desinteresse e voluntária pobreza se esforçaram por servir com plena dedicação a seu Deus e seu povo. O zelo, a fidelidade, o esforço de perfeição, a operosa caridade do próximo e a prontidão de socorrer destes religiosos, cuja atividade se desenvolve na cura pastoral, nos hospitais e escolas, são e continuam a ser uma gloriosa contribuição ao bem-estar particular e público. A eles um tempo futuro mais tranquilo renderá justiça melhor que o presente turbulento. Confiamos que aos superiores das comunidades as provações e dificuldades sejam ensejo de, por zelo redobrado, uma vida espiritual aprofundada, santa fidelidade à vocação e genuína disciplina regular, implorar do Altíssimo novas bênçãos e nova fertilidade para o duro campo de seu trabalho.

XII. Aos fiéis leigos

52. Diante de Nossos olhos está a turba magna de Nossos diletos filhos e filhas, a que os sofrimentos da Igreja na Alemanha e os próprios nada tiraram de sua dedicação à causa de Deus, nada de seu terno afeto ao Pai da cristandade, nada de sua obediência aos bispos e sacerdotes, nada de sua alegre prontidão de continuar, também no futuro, venha o que vier, fiéis ao que hão crido e recebido como preciosa herança de seus avós. Com coração comovido enviamos-lhes a Nossa saudação de pai.

53. Em primeiro lugar aos membros das associações católicas que extremamente e a preço de sacrifícios muitas vezes dolorosos se mantiveram fiéis a Cristo, e jamais estiveram dispostos de largar os direitos que uma solene Convenção havia garantido à Igreja e a eles.

54. Uma saudação particularmente afetuosa aos pais católicos. Os seus direitos e deveres na educação dos filhos que Deus lhes deu estão, na hora presente, no ponto central de uma luta como mais grave e fatal não pode ser imaginada. A Igreja de Cristo não pode começar a gemer e chorar só quando os altares são espoliados e mãos sacrílegas ateiam as chamas aos santuários. Quando se procura profanar o tabernáculo da alma da criança, santificada pelo batismo, com uma educação anticristã, quando é arrancada deste templo vivo de Deus a lâmpada da fé e é substituída pelo fogo fátuo de um sucedâneo de fé que nada tem de comum com a fé da cruz — então a profanação espiritual está próxima e é dever de todo o crente separar claramente a sua responsabilidade daquela da parte adversa e conservar sua consciência livre de toda colaboração pecaminosa nesta nefasta destruição. E quanto mais os inimigos se esforçam por negar ou disfarçar seus negros desígnios, tanto mais necessária se torna uma desconfiança vigilante e uma vigilância desconfiada, estimulada por amargas experiências. A conservação formalista de uma instrução religiosa, inspecionada e manietada por gente incompetente, no ambiente de uma escola que em outros ramos da instrução trabalha sistemática e ostensivamente contra a mesma

religião, já não pode apresentar o título justificativo ao fiel cristão, a fim de que aprove uma tal escola, deletéria para a religião. Sabemos, diletos pais católicos, que não é de falar, em vista de vós, de tal consentimento e sabemos que uma livre votação secreta entre vós equivaleria a um esmagador plebiscito em favor da escola confessional. E por isto, não cansaremos, nem no futuro, de francamente lançar em rosto das autoridades responsáveis a ilegalidade das medidas violentas tomadas até agora e de reclamar o dever de permitir a livre manifestação da vontade. Entretanto, não vos esqueçais: nenhum poder da terra pode libertar-vos de vínculo de responsabilidade querido por Deus, que vos une com vossos filhos. Nenhum dos que hoje oprimem o vosso direito à educação e pretendem substituir-se a vós nos vossos deveres de educadores, poderá responder por vós ao Juiz eterno quando vos fizer a pergunta: Onde estão os que vos dei? Oxalá todos estejais na possibilidade de responder: Não perdi nenhum dos que me destes (Jo 18,19).

XIII. Conclusão

55. Veneráveis Irmãos! estamos certos que as palavras que dirigimos a vós, e por vosso meio aos católicos do Reich germânico, nesta hora decisiva encontrarão no coração e ação de Nossos filhos fiéis um eco que corresponda à solicitude amorosa do Pai comum. Se há coisa que imploramos ao Senhor com particular fervor é que Nossas palavras cheguem ao ouvido e coração dos que já começaram a deixar-se prender pelas lisonjas e ameaças dos inimigos de Cristo e seu santo Evangelho, e os façam refletir.

56. Temos pesado cada palavra desta Encíclica na balança da verdade e do amor. Não queríamos com silêncio inoportuno tornar-Nos culpado de não ter esclarecido a situação, nem com rigor excessivo de haver endurecido os corações dos que, estando submetidos à Nossa responsabilidade de Pastor, não são menos objeto de Nosso amor, por caminharem nas veredas do erro e estarem afastados da Igreja. Ainda que muitos destes, conformados com os hábitos do ambiente, não tenham senão palavras de infidelidade, ingratidão e até de injúria, pela casa paterna abandonada e pelo próprio pai, ainda que se esqueçam quão precioso é o que alijaram — virá o dia em que o horror que sentirão do afastamento de Deus e de sua indigência espiritual pesará sobre estes filhos hoje desgarrados, e a saudade os reconduzirá ao Deus "que alegrou sua juventude", e à Igreja, cuja mão materna lhes mostrou o caminho ao Pai do céu. Apressar esta hora é o objeto de Nossas incessantes preces.

57. Como outras épocas da Igreja, também esta será o anúncio de novos progressos e purificação interna, quando a fortaleza na profissão da fé e a prontidão em suportar os sacrifícios da parte de Cristo serão bastante grandes para contrapor à força material dos opressores da Igreja a adesão incondicionada à fé, a esperança inconcussa, ancorada no eterno, a força vencedora da operosa caridade. O sagrado tempo da quaresma e Páscoa, que prega recolhimento e penitência e faz voltar os olhos do cristão mais que

nunca sobre a cruz, mas também sobre os esplendores da ressurreição, seja para todos e para cada um de vós uma ocasião que saudareis com alegria e de que vos prevalecereis com ardor para encher a alma toda com o espírito heroico, paciente e vitorioso que irradia da cruz de Cristo. Então os inimigos da Igreja — estamos seguros disto — que acreditam ter chegado a sua última hora, reconhecerão que cedo demais rejubilaram e muito cedo a quiseram sepultar. Então virá o dia em que em vez de prematuros hinos de triunfo dos inimigos de Cristo, se elevará ao céu dos corações e lábios dos fiéis o *Te Deum* da libertação: um *Te Deum* de ação de graças ao Altíssimo, um *Te Deum* de júbilo, porque o povo alemão, também em seus membros errantes, terá reencontrado o caminho de volta à religião; com uma fé purificada pelos sofrimentos, dobrará de novo o joelho diante do Rei dos tempos e da eternidade, Jesus Cristo, e se cingirá para a luta contra os negadores e destruidores do ocidente cristão, em união com os homens bem intencionados das outras nações, a cumprir a missão que lhes assinalaram os planos do Eterno.

58. Ele, que perscruta coração e rins (Sl 7,10), Nos é testemunha que não temos aspiração mais íntima que a do restabelecimento da verdadeira paz entre a Igreja e o Estado na Alemanha. Mas se sem culpa Nossa a paz não vier, a Igreja de Deus defenderá os seus direitos e liberdade, em nome do Todo-poderoso, cujo braço também hoje não foi abreviado. Cheios de confiança nele "não cessamos de orar e pedir" (Col 1,19) por vós, filhos da Igreja, a fim de que os dias das tribulações sejam abreviados e vós sejais encontrados fiéis no dia da provação; e também aos opressores e perseguidores o Pai de toda luz e toda misericórdia conceda a hora de Damasco, para si e os muitos que com eles têm errado e erram.

59. Com esta súplica no coração e lábios, Nós vos damos, como penhor do divino auxílio, como apoio nas vossas decisões difíceis e cheias de responsabilidade, como robustecimento nas lutas, como conforto nos sofrimentos, a Vós bispos, pastores de vosso povo fiel, aos sacerdotes, aos religiosos, aos apóstolos leigos da Ação Católica e todos os vossos diocesanos, e não em último lugar, aos doentes e encarcerados, com paternal amor a bênção apostólica.

Dado no Vaticano, no domingo da Paixão, 14 de março de 1937.

PIO XI, PAPA.

Papa PIO XI, **Encíclica "*Mit Brennender Sorge*"**, de 14 de março de 1937. Tradução de Frei Frederico Vier, O.F.M.

Fonte: Coleção *Documentos Pontifícios* – 133, Petrópolis: Vozes, 1961, 30p.